

Grupo de História

Kleverson Teodoro Lima

Luiz Alberto Sales Vieira

Myriam Bahia Lopes (Coordenação)



**MORRO DA QUEIMADA:
SÉCULO XIX.**

Morro da Queimada no século XIX.....	02
Pequenas lavras, datas abandonadas e terras devolutas	02
Considerações Finais.....	17
Referências bibliográficas.....	19

O Morro da Queimada no século XIX

A ocupação do Morro da Queimada e da Serra de Ouro Preto, no século XVIII, é motivada hegemonicamente pela mineração aurífera, constituindo nesse setor um espaço urbano demarcado por datas minerais, residências, comércio, templos religiosos, becos e caminhos que conectavam esse ponto às localidades próximas. A partir das décadas finais dos setecentos, as dificuldades encontradas para a continuação da atividade mineratória provocaram a diminuição dos serviços de mineração e do povoamento nessa região.

Nesse texto evidenciaremos alguns indícios sobre a situação dos morros da serra de Ouro Preto ao longo do século XIX, incluindo o Morro da Queimada. Destacaremos o abandono das lavras, o arrefecimento da vida urbana e os discursos científicos e políticos que passaram a perceber nessas áreas um campo potencial tanto para a renovação das atividades de mineração quanto para o crescimento da cidade.

Pequenas lavras, datas abandonadas e terras devolutas.

O geólogo alemão Wilhelm Eschwege que viveu na sede de Vila Rica durante as primeiras décadas do século XIX presenciou o impacto da crise mineratória na paisagem local. Segundo Eschwege, o viajante que percorresse a Serra de Ouro Preto em 1815 encontraria entre as antigas e numerosas explorações de pequenos proprietários, “na maior parte, porém, abandonadas”, as seguintes lavras importantes: Lavra dos Pelúrios (Morro de São Sebastião); Lavra do Padre Viegas (Morro de Santana); Lavra do Moreira (Morro da Piedade ou Água Limpa); Lavra do Padre Bernardo (Sumaré); e Lavra do Padre Bento (Morro de Santo Antônio da Passagem, pertencente ao Tenente Coronel Maximiano). Conforme Eschwege:

Os grandes proprietários, dos quais **nenhum, porém, possui mais de doze escravos em serviço, exploram suas lavras pelo método do talho aberto, ao contrário dos pequenos, que o fazem por meio de galerias e poços** (...) (grifo nosso). Às vezes não se pode caminhar cinquenta passos, sem topar com uma galeria e um poço, aberto no morro através da capa de tapanhoacanga. **Centenas de catas** foram abertas junto ou sobre os poderosos vieiros de quartzo aurífero, que, nesse lugar, atravessou o itacolomito em várias direções.¹

¹ Tarcísio Botelho (2000), que pesquisou a população e a escravidão em Minas Gerais nas décadas iniciais do século XVIII, indica que os “grandes proprietários” tinham acima de 50 escravos. O

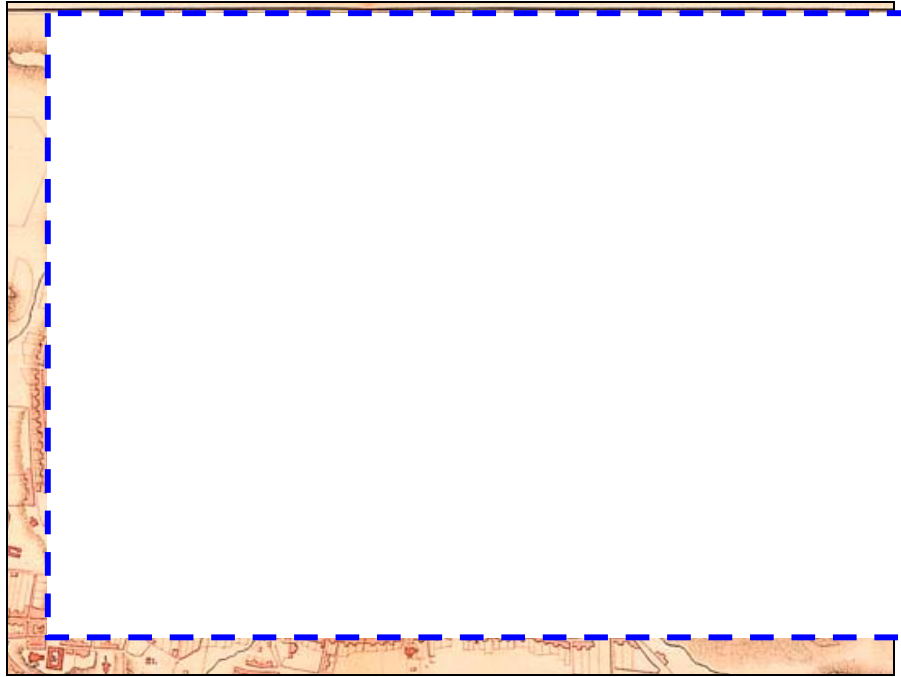


FIG.1. O espaço delimitado evidencia a área dos morros de São Sebastião, São João, Santana e Piedade. Detalhe do “Mapa de Vila Rica”. [Início do século XIX].
Autor: Não identificado.
Fonte: COSTA, Antônio Gilberto. 2004.

Com o desaquecimento das atividades na Serra de Ouro Preto boa parte dos trabalhadores que insistiam com a mineração investia na faiscação; na sede de Vila Rica existiam mais de 280 faiscadores e uma parte vivia na região dos morros:

Na encosta da serra, entre blocos estilhaçados, **se avistam as pobres cafuas esparsas dos faiscadores, ou de negros forros, assentados no terreno profundamente esburacado.** O número desses negros forros, que arrastam uma vida miserável em virtude de maus processos de apuração atingia, em 1815, a mais de **duzentos e oitenta**, só nas duas freguesias de Vila Rica. (...) É digna de admiração a paciência com que realizam o seu trabalho, **munidos tão somente de uma bateia quebrada e de um almocrafe inutilizado, tendo como recompensa o suficiente para não morrer de fome.** São ainda mais dignos de dó os negros que permaneceram dentro da água fria dos ribeiros até a cintura, enquanto o tronco e a cabeça suportam os ardores de um sol abrasador. Em 1815, os que trabalhavam nessas condições **atingiam a vinte, na região** (grifo nosso) (Eschwege: 1979, p.8-9).

Se 20 dos mais de 280 faiscadores trabalhavam nos ribeiros, situados nas partes baixas, a maioria então passava o dia tentando ganhar “o suficiente para não morrer de fome” nas áreas mais altas, o que justifica a existência das **cafuas nos morros**, citadas por Eschwege. O relato do alemão quanto aos serviços de mineração na Serra de Ouro Preto é claro: devido ao esgotamento dos veios, inviabilização do serviços

número indicado por Eschwege (12 escravos) seria considerado, no auge da mineração, um plantel que transitava entre o pequeno e o médio.

ou ao tipo de técnicas utilizadas no século XVIII (ainda repetidas no início do XIX) a maioria das lavras estava parada e algumas ainda apresentavam potencial para novos investimentos. A fase de expectativa e euforia que marcou boa parte dos setecentos havia se transformado em um **cenário de lavras abandonadas e terras devolutas**.

O censo realizado na sede de Vila Rica em 1804 é um outro importante documento que registra a situação da vida urbana nos morros da Serra de Ouro Preto nessa época. Conforme o Quadro 1, em 1804 existiam 8.990 habitantes na sede de Vila Rica (Mathias: 1969, p.191-202).² Na freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, composta também pela localidade de Cabeças, residiam 4.272 pessoas (47,5%) e na freguesia de Antônio Dias, que englobava também a região dos Morros, o Alto da Cruz e o Padre Faria, residiam 4.718 pessoas (52,5%).

População de Vila Rica - 1804

Distrito	Homens	Mulheres	TOTAL	Livres	Escravos	TOTAL
Ouro Preto	1441	1430	2871	1819	1052	2871
Cabeças	720	681	1401	950	451	1401
Antônio Dias	857	837	1694	1100	594	1694
Morros	685	624	1289	946	343	1289
Alto da Cruz	517	601	1118	824	294	1118
Padre Faria	286	331	617	458	159	617
TOTAL	4486	4504	8990	6097	2893	8990

Quadro 1. População de Vila Rica – 1804.

Fonte: MATHIAS, Herculano G. Um recenseamento da capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969. p.190-208.

Conforme o Quadro 2, nos morros (ou Distrito dos Morros, como foi designado nesse censo) moravam **14,3%** da população da sede de Vila Rica, concentrados em pontos diferentes, onde destacavam-se o Morro de Santana, o Caminho Novo (região

² Auguste Saint-Hilaire, francês que visitou a Sede de Vila Rica em 1816, apresenta um número semelhante: 8.000 habitantes (1976, p.70). O austríaco John Emanuel Pohl, que passou por Vila Rica entre 1817 e 1821, registrou 8.600 habitantes. SPIX & MARTIUS registraram, entre 1817 e 1820, 8.500 habitantes para a Sede de Vila Rica e 500.000 para a Capitania de Minas Gerais. A proximidade dos números sugere que eles tenham entrado em contato com dados do censo de 1804.

da atual Rua 15 de Agosto), o Morro de São João, o Morro de São Sebastião e o Morro da Queimada.³

Morros de Vila Rica - 1804

Morros	Propriedades	Habitantes
Morro dos Ramos	11	41
Morro de São Sebastião	24	57
Jacutinga	9	26
Ouro Podre	8	47
Ouro Fino	11	52
Queimada	22	113
Lages	7	54
Caminho Novo	49	325
Morro da Piedade	17	106
Morro de Santana	50	244
Córrego Seco	4	35
Morro de São João	40	189
TOTAL	252	1.289

Quadro 2. Morros de Vila Rica – 1804.

Fonte: MATHIAS, Herculano G. Um recenseamento da capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969. p.190-208.

Em relação às propriedades nota-se que a maior parte (241 das 252 listadas) concentrava-se entre os morros de São Sebastião, São João, Santana e Piedade, localidades que margeiam o espaço onde encontra-se o sítio arqueológico Morro da Queimada (FIG.2). Entre os 1.289 habitantes listados, 1.248 (96,8%) moravam nesse setor, aglomeração ratificada pela existência das capelas. Um outro indício sobre essa concentração está nas diferentes denominações lançadas no censo para essa área: Morro de São Sebastião, Jacutinga, Ouro Podre, Ouro Fino, Queimada, Lages, Caminho Novo, Morro da Piedade, Morro de Santana, Córrego Seco e Morro de São João.⁴

³ A disposição dos morros apresentada no Quadro 2 é a mesma do censo, cortando a sede de Vila Rica e a Serra de Ouro Preto no seu eixo oeste-leste, entre o Veloso (Morro do Ramos) e os Morros de Piedade, Santana e São João.

⁴ Esse ponto pode ser observado a partir da comparação entre dois documentos: o tributo do Quinto de 1719; e o texto de José Joaquim da Rocha, produzido na segunda metade do XVIII. No primeiro aparecem 4 designações: Ouro Podre, Morro, Ouro Fino e Córrego Seco, compreensível por tratar-se da fase inicial do povoamento de Vila Rica; no segundo aparecem 7 designações: Morro do Pau Doce e Morro dos Ramos (região do Passa-Dez e Veloso) e Morro do Ouro Podre, Morro do Ouro Fino, Morro da Queimada e Morro de Santana.

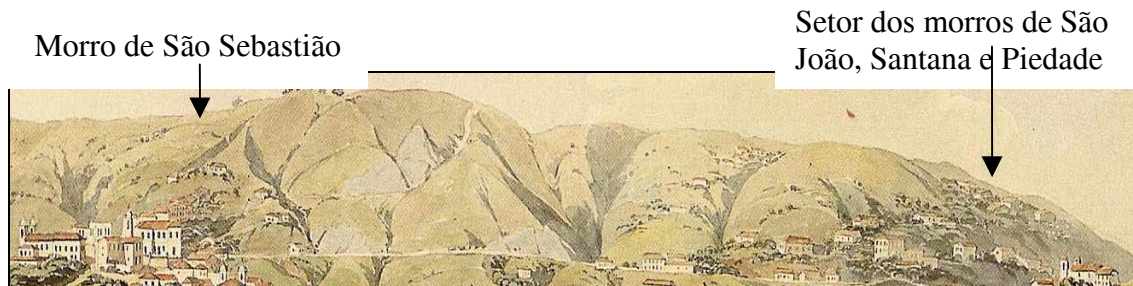


FIG.2 Serra de Ouro Preto. Detalhe da prancha “Vila Rica”. [1817-1821].
Prancha 791. Aquarela sobre lápis. 340x534mm.
Autor: Thomas Ender
Fonte: Wagner & Bandeira: 2000.p.971.

A imprecisão das fronteiras entre esses morros é atestada pelo inventário do Padre Lourenço Dias de Almeida, identificado no censo de 1804 como residente no Morro do Ouro Podre. No inventário, elaborado sete anos depois (1811), ele foi identificado como proprietário de uma “morada de casas coberta de telhas” e datas de terras minerais, minas e catas situadas no Morro de São Sebastião, e não no Morro do Ouro Podre. Portanto, esse caso indica que mesmo para os contemporâneos esses limites não eram claros, o que não impedia que conseguissem denominar entre os morros de São Sebastião e Piedade 9 localidades.⁵

No censo de 1804, em meio às 8 propriedades do Morro do Ouro Podre foram identificados 47 habitantes e nas 22 propriedades do Morro da Queimada detectaram 113 habitantes. Entre esses dois morros, o censo localizou o Morro do Ouro Fino, que apresentava 52 habitantes em suas 11 propriedades. Assim, entre o Morro do Ouro Podre e o Morro da Queimada haviam 41 propriedades e 212 habitantes, semelhante à concentração verificada no Morro de Santana (50 propriedades e 244 habitantes). Outra concentração interessante encontra-se entre os morros de São João, Santana e Piedade, que aparecem no censo com 107 (ou 42%) das 252 propriedades listadas, sendo que neles habitavam 539 (41,8%) dos 1.289 habitantes dos morros. As pranchas criadas pelo austríaco Thomas Ender, que visitou Vila Rica entre 1817 e 1825, também ratificam essas concentrações (FIG. 2 e 3).

⁵ Museu da Casa do Pilar de Ouro Preto: códice 92, auto 1124, 1º ofício, 1811, inventário do Reverendo Padre Lourenço Dias de Almeida.

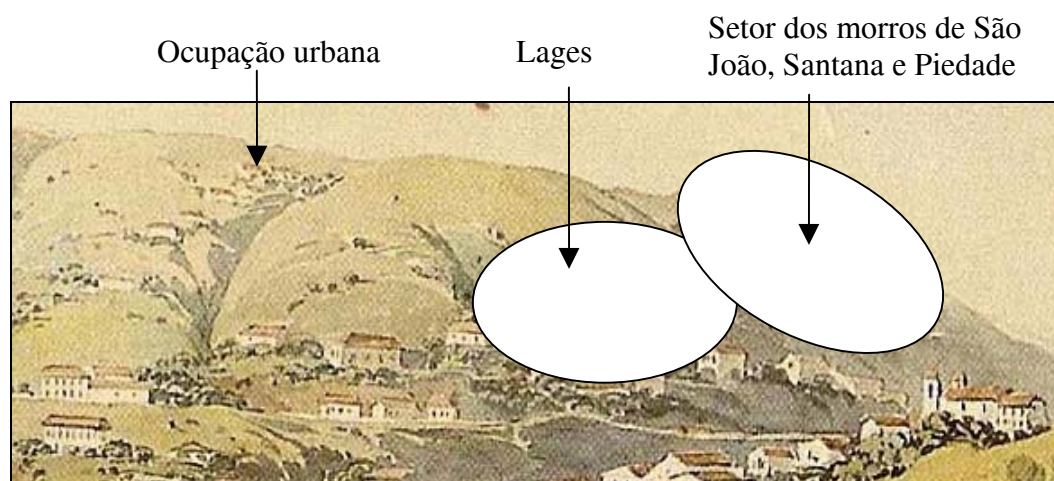


FIG.3. Parte dos morros da Serra de Ouro Preto. Detalhe da prancha 791 “Vila Rica”. [1817-1821]. Aquarela sobre lápis. 340x534mm.
 Autor: Thomas Ender
 Fonte: Wagner & Bandeira: 2000. p.971.

A partir do censo de 1804 percebe-se que dos 252 proprietários arrolados 77 (30%) foram classificados como mineradores ou fiscadores nos morros da Serra de Ouro Preto. Desses 77, **59 (76%) eram fiscadores**, atividade comum à parte da população pobre, ratificando as impressões apresentadas anteriormente pelo geólogo alemão Eschwege. O número de escravos desses 77 proprietários era de 146 (11,3% da população dos morros) e **apenas 4 plantéis tinham mais de 10 cativos**: Dona Josefa M. de Almeida com **12** (Morro dos Ramos); Capitão Alberto com **19** (Caminho Novo); e Dona Anna da Silveira com **22** e Tenente [Manoel] Moreira com **31** (Morro de Santana). Quer dizer, apenas 11% dos escravos dos morros estavam ligados a proprietários que ainda exerciam atividades na mineração do ouro, **proporção pouco expressiva** para uma zona que tinha nesses trabalhos a base de sua vida produtiva no século XVIII. Segundo o censo, no Morro de São Sebastião, Jacutinga e Lages não residiam mineradores, apenas fiscadores. **No Morro da Queimada residiam 2 mineradores**: o Alferes José de Moura com 9 escravos; e Joana Teixeira com 9 escravos. **No Morro do Ouro Podre havia 1 minerador**: o Reverendo Padre Lourenço Dias de Almeida, citado anteriormente, que tinha 2 escravos. Considerando esses dados, a Serra de Ouro Preto apresentava em 1804 um cenário comum à região central mineira desde o final do século XVIII, ou seja, a diminuição da produção do ouro e a existência de poucas lavras ativas.

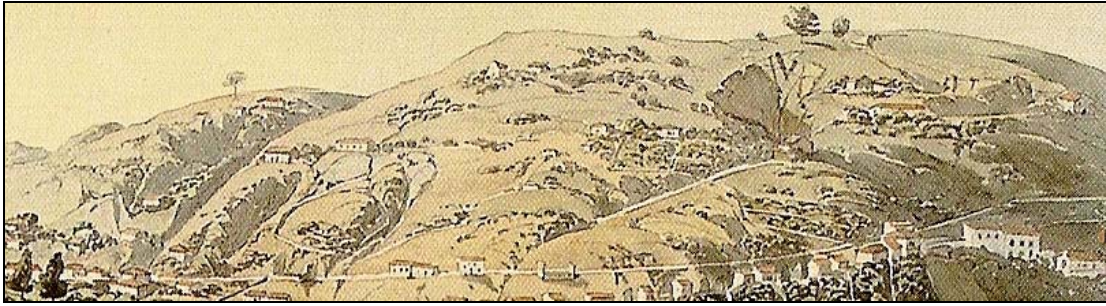


FIG.4. Morros de Santana e Piedade. Detalhe da prancha 780 (sem título) [1817-1821]. Aquarela sobre lápis. 347x532mm.
Autor: Thomas Ender
Fonte: Wagner & Bandeira: 2000. p.960.

Quanto ao comércio nos morros de Vila Rica, o censo identificou 12 proprietários: 10 donos de vendas (3 no Morro de São Sebastião e 7 no Caminho Novo); 1 mascate (Morro de São João) e 1 tropeiro (Caminho Novo). Em relação a outros serviços foram identificados nessa mesma área: 3 alfaiates, 2 pedreiros, 3 sapateiros, 8 carreiros, 4 carpinteiros, 2 marceneiros e 3 ferreiros.⁶ Sem dúvida, apesar de contar com apenas 14,3% da população da Sede de Vila Rica, **a vida urbana persistia nos morros da Serra de Ouro Preto na virada para os oitocentos**, como ratifica a representação dos Morros de Santana e Piedade na FIG.4.

Mas é necessário indicar uma falha no censo de 1804: 99 (39,2%) dos 252 proprietários listados nos morros da Serra de Ouro Preto não tiveram as suas ocupações identificadas, o que abre a possibilidade para a identificação de novas propriedades com serviços ativos de mineração. No entanto, tomando como referência o cenário presente nos apontamentos de Eschwege, realizados em 1815, essa probabilidade torna-se pouco provável, já que havia nessa área antigas e numerosas explorações de pequenos proprietários, “na maior parte, porém, abandonadas” (Eschwege: 1979, p.8).

Essa impressão é corroborada pela análise dos relatos de 13 cronistas estrangeiros que visitaram Ouro Preto ao longo do século XIX: poucos tiveram a curiosidade de excursionar pelos morros da serra ou escrever sobre esses espaços.⁷ Mesmo levando em consideração os diferentes interesses dos viajantes estrangeiros que passaram por

⁶ Outras ocupações também foram arroladas, como pobre, cego, sacerdote, meirinho, pedestre da junta e tecedeira. O conceito de ocupação era diferente de profissão, como se vê através desses exemplos.

⁷ Textos pesquisados: John Mawe (1976), Conde de Suzannet (1957), Spix & Martius (1976), Roch Schüch (1840), Saint-Hilaire (1976), Johann Pohl (1976), John Luccock (1976), Alcide D’Orbigny

Minas Gerais no século XIX, pois o que era prioridade para o campo de observação de um não era necessariamente para outro, é recorrente a curiosidade em torno dos serviços de mineração. O francês Auguste Saint-Hilaire, acompanhado por Eschwege, foi um dos que se aventurou pelos morros da Serra de Ouro Preto em 1816. No entanto, o seu objetivo não era estudar a serra, mas observar os trabalhos de mineração na freguesia de Antônio Pereira, próximo à sede de Mariana. Segue parte do seu relato:

Após sairmos da cidade (de Ouro Preto), galgamos as elevações que a rodeiam. Por todos os lados, tínhamos sob os olhos **os vestígios aflitivos das lavagens, vastas extensões de terra revolvida, e montes de cascalho**; mas, ao mesmo tempo, dominávamos uma parte da cidade, e mais além percebíamos o vale em que corre o Rio Ouro Preto (grifo nosso) (Saint-Hilaire: 1975, p.75).

Entre 1817 e 1821, John Emanuel Pohl, também acompanhado por Eschwege, subiu a região dos morros rumo a Antônio Pereira, a fim de visitar a fábrica de fundição de ferro construída pelo geólogo alemão:

Subimos, a cavalo, **a íngrime Serra de Ouro Preto (...). Em toda parte avistávamos terras revolvidas e escavadas por causa do ouro que aqui corre com abundância. (...) Passamos depois por uma casinha e pela pequena igreja de São João, ambas no pico mais alto da serra**, e descemos a íngrime encosta setentrional, que é em parte coberta de mato (grifo nosso). Mais ou menos na metade dessa encosta, chegamos à **Mina do Oliveira**, aurífera, uma galeria, de uns 90 passos, cavada no itabirito (Pohl: 1976, p.399-340).

Entre 1817 e 1820, Johann Spix e Friedrich Martius também fizeram o mesmo caminho:

Alguns dias após a excusão, pusemo-nos a caminho para a aldeia de Antônio Pereira, distante ao norte cinco léguas, para sabermos o que era feito de nossas mulas, que, durante a nossa estada em Vila Rica, tinham sido mandadas na maior parte aí para o pasto. **Depois de havermos vencido a crista pedregosa do Morro de Vila Rica (...)** transpusemos, a uma légua da cidade, no Córrego de Andrada, o Rio das Velhas, neste ponto ainda um riacho muito insignificante (...). Numa grande fazenda sita na estrada, construída a modo de convento, era antigamente lavado muito ouro de vinte e dois quilates dos filões do minério de ferro (grifo nosso). Também, em geral, toda a Serra de Antônio Pereira corresponde em seus elementos e a posição das camadas ao aurífero **Morro de Vila Rica**; pois ela consiste igualmente de xisto quartzítico branco, com jazidas de micaxisto, contendo oligisto e uma extensa camada de hematita sobreposta (Spix e Martius: 1976, p.246).

Charles Banbury, entre 1833 e 1835, também fez menção rápida sobre a serra, enquanto transitava, via Distrito de Passagem, entre Ouro Preto e Mariana:

No Ribeirão do Carmo (ainda no perímetro de Ouro Preto) vê-se muitas vezes negros, com ancinhos e alguidares, lavando a areia em busca de ouro, **e ao longo de**

(1976), Visconde Ernest Courcy (1997), Francis Castelnau (1949), Richard Burton (1976), Hermann Burmeister (1980), Charles Banbury (1981).

todo o lado da Serra de Ouro Preto existem inúmeras pequenas cavernas cavadas nas rochas, de onde antigamente o precioso metal era extraído (grifo nosso); mas nenhuma delas foi levada a uma profundidade de muitos pés (Banbury: 1981, p.67).

Os cronistas estrangeiros que visitaram Ouro Preto a partir da segunda metade do século XIX, como o alemão Hermann Burmeister, na década de 1850, e o inglês Richard Burton, na década de 1860, também demonstraram pouco interesse pelas práticas de mineração e pela vida urbana nos morros da Serra de Ouro Preto. Sobre as evidências de mineração, após atravessar os Distritos de Passagem e Taquaral a caminho de Ouro Preto, Hermann apenas escreveu: “Em certos lugares, pudemos observar algumas cavidades artificiais nas pedras, **vestígios evidentes de antigas tentativas de exploração de ouro** (Burmeister: 1980, p.221).” Burton, após permanecer 3 dias na Mina de Passagem, então Anglo-Brazilian Gold Mining Company Limited, partiu para Ouro Preto e fez somente a seguinte menção às antigas minerações:

A tarde já estava muito avançada quando partimos para Ouro Preto, que fica distante apenas uma légua curta. Toda a extensão é mais ou menos habitada. **Lemos que, em 1801, era cheia de pequenos povoados e ranchos de mineiros nas elevações, perto da água.** O caminho era, então, uma boa calçada, com uma alameda de árvores, que estavam, contudo, começando a faltar. Hoje, a situação mudou para pior; o caminho é uma espécie de socalco (grifo nosso) (Burton: 1976, p.286).



FIG.5. Ouro Preto – Vista parcial tirada em 1865.

Série Diversos. Autor desconhecido.

Fonte: Acervo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/ UFOP.

Contemporâneo à passagem de Hermann e Burton, o texto do advogado José Vieira Couto de Magalhães reforça a imagem de datas abandonadas e terras devolutas:

O viajante que passa pela cidade do Ouro-Preto vê ainda hoje **essas muralhas enegrecidas semeadas ao longe na montanha**, ignorando a história do passado, aponta para ellas e diz: **‘Alli está a obra estragadora do tempo.’** Não! Não foi o tempo que as produziu, foi o despotismo (Couto de Magalhães: 1862, p.542).

A partir de 1824 o capital estrangeiro, sobretudo inglês, passou a mapear e explorar algumas lavras famosas na região central de Minas Gerais, inserindo novas práticas no mundo da mineração subterrânea. Os veios cada vez mais profundos e a necessidade de melhorar a produtividade determinaram os investimentos em estruturas mecanizadas e grandes plantéis de trabalhadores livres e escravos. Entre a utilização das técnicas antigas nas pequenas lavras e as grandes estruturas montadas pelos ingleses sobressaia o pouco investimento do Estado Imperial no estudo geológico de Minas Gerais. Essa ausência estendia-se, aliás, a todo o Brasil.⁸ Essa situação começou a se modificar com a visita de Louis Agassiz em 1865, que despertou na Corte o interesse por essa abordagem na pesquisa.

Carlos Frederick Hartt participou da visita de Agassiz e coordenou a Comissão Geológica do Império organizada em 1875. No entanto em menos de dois anos o recém-empossado gabinete liberal cortou os recursos destinados a essa iniciativa alegando a necessidade de ajustes no orçamento da União (Leinz: 1955).⁹ Outra iniciativa importante na década de 1870 foi a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, dirigida até o início da década de 1890 pelo francês Henri Gorceix. Sobre esse período expressa o professor Domingos Fleury da Rocha:

Muito tardara, porém, o advento da Escola. Os mineiros e com eles a experiência e a tradição, haviam desaparecido. Da agitação febril dos tempo idos, apenas restavam como testemunhos eloquentes e imperecíveis, **o dorso descarnado das montanhas, o leito revolvido dos cursos d’água e as entranhas da terra impiedosamente perfuradas.** Aqui e ali, **os remanescentes arruinados da maquinária obsoleta e primitiva; infundáveis canais coleando as anfractuosidades das encostas; muros espessos de improvisados reservatórios, e tantos outros vestígios a contrastarem com a serenidade das paisagens,** donde já haviam desertado os últimos ecos do surdo troar dos engenhos e dos cânticos plangentes dos escravos procurando em vão suavisar as agruras de sua faina extenuante (grifo nosso) (Annaes da Escola de Minas, nº26, 1935, p.113).

⁸ No Resumo da Geologia do Brasil publicado por John Casper Branner em 1919 percebe-se que a maior parte dos trabalhos sobre os serviços de mineração em Minas Gerais foram produzidos a partir da década de 1870. Sobre o período anterior, a maior parte dos livros citados por Branner, referente às visitas dos cronistas estrangeiros, encontra-se publicada (Branner: 1919, p.84-95).

⁹ A intervenção do gabinete liberal demonstra que o problema relacionado à mineralogia no Brasil não encontrava-se apenas no campo técnico, mas também nas tensões e conflitos presentes no campo político. Além de Hartt, participaram da Comissão Geológica do Império, Orville A. Derby, John

Inaugurada a Escola, os primeiros estudos dos professores e alunos começaram a ser publicados nos periódicos nacionais e estrangeiros (Branner: 1919, p.84-95). Em 1878, Henri Gorceix publicou uma análise sobre a geologia e a mineralogia de Minas Gerais nos Archivos do Museu Nacional, bem como chamou a atenção para os trabalhos dos seus alunos. Segundo o diretor:

Depois dos trabalhos de d'Eschwege e de Sellow, os quais datam do começo deste século, **nenhum estudo sério foi ainda publicado sobre a geologia e a mineralogia do Brasil.** (...) Certamente não são perfeitas as produções com que se estreiam aqueles jovens engenheiros (alunos da Escola de Minas), mas tais quais são elas, julgo-as dignas da atenção de quantos **se interessam pela prosperidade do Brasil, e acreditam comigo na exploração das riquezas minerais, tão prodigalizadas pela natureza a província de Minas,** poderão oferecer-se ao país novos recursos, que lhe permitam realizar os grandes cometimentos empreendidos (Gorceix: 1878, p.9-10).¹⁰

Nesse periódico Leandro Dupré Júnior, aluno da Escola de Minas, apresentou um estudo sobre os arredores de Ouro Preto, e entre as suas conclusões destaca a informação de que “os trabalhos antigos não esgotaram a riqueza desta região e que, segundo me parece, adaptando-se um método de exploração californiana, com emprego de amalgamação direta, poderia ainda haver probabilidade de feliz resultado (Júnior: 1878, p.16). Leandro Júnior esclareceu, porém que

(...) **tal exploração só será possível se se empregar grande capital,** se houver a iniciação de trabalhos dirigidos por uma única idéia, como sabemos ser praticado no **Hartz, em Freyberg e na Califórnia,** nas explorações auríferas. **Uma mina só por si nunca poderia pagar as despesas de uma destas obras gigantescas que assegurassem o escoamento das águas e a extração do minério. Semelhante trabalho só deveria ser empreendido se se destinasse ao serviço de um número considerável de explorações que fizessem as despesas em comum.** Muitos lugares, aonde é bem certo existir ainda, ouro em quantidade notável, estão no mesmo caso, e **só o espírito de associação que com tão grande dificuldade começa a entrar em nossa vida industrial,** poderá salvar da morte as minerações de ouro na província de Minas Gerais (grifo nosso) (Júnior: 1878, p.16).

Em 1881, a pedido de Henri Gorceix, João Cândido da Costa Sena percorreu um roteiro entre Ouro Preto e a região do Serro, a fim de estudar “cuidadosamente as minas de ouro e fabricas de ferro existentes nesta parte da província, notando ao

Casper Branner e R. Rathbun. O trabalho da Comissão não atingiu a região central de Minas Gerais, por isso não existem evidências desses estudos sobre a Serra de Ouro Preto.

¹⁰ Em 1828, Frederick Sellow publicou *Ueber das südliche Ende des Gebirgszuges von Brasilien in der Provinz S. Pedro do Sul und der Banda Oriental oder dem Staate von Vontevideo; nach den Sammlungen des Herrn Fr. Sellow, von Hr. Weiss.* (Gelesen in der Acad. der Wissenschaften am 9 August, 1827, und Juni, 1828) In 4º, 2 plates, 217-293; Phys. Klasse, 1827 (Berlin), 1828. Referência encontrada em Branner, John. Bibliography of the geology, mineralogy and paleontology of Brazil. In: Bulletin of the Geological Society of America, 1909, 20v., p.1-132.

mesmo tempo o modo de exploração das matas e do fabrico de carvão.” Sobre as lavras de ouro no caminho entre Ouro Preto e Mariana, ele escreveu:

Seguindo a estrada que conduz de Ouro Preto a Mariana, nada direi sobre as lavras de ouro que se encontram a cada momento, e que sendo em outro tempo trabalhadas sem ordem nem método, **se acham hoje em estado de completo abandono** (grifo nosso) (Costa Sena: 1881, p.108).¹¹

No mesmo ano em que Costa Sena rumou para o norte mineiro, Dom Pedro II passou com sua comitiva por Ouro Preto e deixou a seguinte impressão sobre os morros de Vila Rica: “Antes de chegar a esta cidade passei pela antiga Vila Rica, muralhas arruinadas que lembraram-me Pompéia (Bergonha: 1999).” A visão do Imperador reitera a imagem de uma área formada por lavras abandonadas. No final da década de 1890, Costa Sena publicou um artigo específico sobre a *Mineração nos arredores de Ouro Preto*, na Revista Industrial de Minas Gerais repetindo a avaliação positiva da antiga zona de mineração vir a ser novamente explorada:

Para quem examina superficialmente as jazidas e as condições em que se faziam os trabalhos parece, à primeira vista, que se trata de um campo liquidado debaixo do ponto de vista da indústria extrativa. Entretanto assim não é, porque a observação e o estudo das circunvizinhanças da antiga capital mineira mostram que o serviço de exploração era, sem ordem nem método, executado apenas em depósitos superficiais, resultantes dos afloramentos de numerosos veeiros que, como o do lugar denominado Saragoça, ainda hoje um pouco explorado, cortam os xistos e os quartzitos – rochas dominantes na região. (...) **tudo isso torna patente e faz crer que capitais ali inteligentemente empregados trarão ao capitalista compensação aos seus esforços e uma nova era de prosperidade à cidade, que, por suas riquezas, continua a merecer ainda o seu antigo título de Vila Rica** (grifo nosso) (Costa Sena: 1897, p.143).

Nos textos da Escola de Minas é clara a descrição do arruinamento dos serviços de mineração na Serra de Ouro Preto e a aposta na futura abertura de novos empreendimentos nessa zona. No entanto, até o momento, não encontramos nenhuma evidência sobre a exploração de empresas inglesas no Morro da Queimada nos oitocentos, o que parece indicar que se houve prospecção na serra outros motivos como a relação custo/benefício provavelmente não justificaram o início de novos empreendimentos no Morro da Queimada.

Contemporânea a nova produção intelectual sobre a geologia e a mineralogia local ocorre a mudança da capital de Minas Gerais. Momento em que afloraram teses que

¹¹ Próximo a essa região, Costa Sena destacou apenas a Mina do Maquiné (ou Morro de Santana), situada em Mariana, explorada pela empresa inglesa Don Pedro Gold Mining Company, conforme registrou Paul Ferrand no final da década de 1880 (1998, p.90). Costa Sena deixou de fora de seu estudo as minas de Passagem que, segundo ele, “depois de exploradas durante algum tempo por uma companhia inglesa, foram também desprezadas (...) (1881, p.108).”

se serviam de ingredientes políticos, territoriais, econômicos, estéticos, sanitários e culturais para depreciar ou enaltecer Ouro Preto, como exemplifica o artigo “O Movimento, Ouro Preto”, publicado no Jornal O Estado de Minas em 1892:

Ouro Preto está longe de ser uma cidade artística: suja, defeituosa, torta, com edificações miseráveis, sem higiene, sem arte com todos os defeitos de uma cidade antiga. Mesmo em dias esplêndidos prejudicam-na seu aspecto doentio. A geometria irregular dos seus prédios, a tristeza das casas, tornado-a, por conseguinte, de uma comunicabilidade doentia, atroz (O Estado de Minas, ano 3, nº304, 20/04/1892 apud. Mantovani, 2005, p.21).

No contraponto dos mudancistas, os não-mudancistas que defendiam a continuação da capital em Ouro Preto propuseram a modernização do espaço urbano da velha cidade através de “intervenções que implicariam no alargamento das ruas, no alinhamento das casas, na planificação dos morros, dentre outras medidas (Mantovani: 2005, p.22).” Em 1892, a Câmara, formada em sua maioria pelos monarquistas, aprovou um projeto de *Melhoramentos da cidade de Ouro Preto* que previa: a constituição de uma grande avenida na praia de Ouro Preto, de um jardim ou passeio público no lugar do antigo Matadouro; a canalização do córrego que banha a praia; a iluminação da avenida com luz elétrica; o assentamento de ponte de ferro; a construção de um palacete para a Câmara Municipal com fachada nobre, de um novo teatro, de um mercado de ferro, linhas de bonde e um boulevard (Pinto Coelho: 1987, p.3).

Ainda, em 1892, a Câmara publicou o *Edital sobre terrenos foreiros* que incorporou os terrenos abandonados situados na Serra de Ouro Preto, prevendo a sua utilização como zona futura de expansão da capital:

Considerando que dentro do perímetro da sesmaria Municipal **não há terreno que seja excluído do domínio porque as mesmas extensões isenta do pagamento de foros pela Carta Régia incorporam-se ao patrimônio se acaso abandonadas, e nenhuma prova existe mais concludente desse abandono que as ruínas e confusão em que se acham.** Considerando que mesmo para os terrenos de sesmarias vizinhas prevalece aquele direito de incorporação nas partes que entram pelas divisas da sesmaria Municipal, tanto assim que pela Carta Régia não se permite que se recite o domínio dos proprietários que as tenham uma vez abandonado. **Considerando que o mesmo direito regia e rege as datas e outras concessões minerais** cuja superfície pelo abandono dos serviços reverte ao patrimônio da Câmara. **Considerando ainda que tão vastos terrenos podem e devem ser repovoados, como é necessário e exigido ao grande desenvolvimento da cidade,** cujos arrebaldes não podem continuar entregues à solidão e a esterilidade: Resolve: 1º **Ficam incorporadas ao patrimônio municipal os terrenos devolutos e abandonados em toda a Serra de Ouro Preto;** e bem assim toda superfície das antigas datas e concessões minerais que tenham caducado; e estejam dentro dos limites da sesmaria municipal. 2º Fica marcado o prazo de 60 dias para quaisquer reclamações opostas a este Edital, indo os quais serão aforados

os respectivos terrenos. Paço da Câmara Municipal de Ouro Preto , 12 de julho de 1892. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos.¹²

No ano seguinte, a Câmara encomendou ao engenheiro João F. Blaksley um plano de expansão para Ouro Preto para também ser utilizado como contra-argumento aos discursos dos mudancistas. Conforme recomendação da Câmara, Braksley estudou “o planalto do Cruzeiro com o fim de fundar-se uma cidade que possa ser unida à histórica capital do Estado de Minas Gerais (Blaksley: 1893. (mimeo).” Segundo José Efigênio Pinto Coelho (1987, p.5):

A nova cidade teria uma avenida contornando todo o núcleo urbano, duas avenidas se cruzariam no centro, e várias ruas paralelas transversais às duas avenidas (grifo nosso). (...) Este núcleo do Morro do Cruzeiro seria ligado a Ouro Preto por uma ponte que vai dar no Morro da Forca. Seria uma ponte de estrutura metálica, lembrando a estrutura da Torre Eiffel. Este plano começou a ser executado, e é por isso que o Morro da Forca é chapado, pois, no plano, ali seria o ponto chave da obra; a porta de entrada.

Apesar da incorporação dos terrenos abandonados na Serra de Ouro Preto e os planos de reconfiguração da sede de Ouro Preto, em 1893 foi aprovada a lei adicional nº3 que escolheu o antigo Arraial do Curral Del Rey (futura Belo Horizonte) como o lugar da nova capital. Com a transferência:

Ouro Preto entra em caos: falta d'água, funcionários da Câmara sem receber os salários, obras paralisadas, muito desemprego, estabelecimentos comerciais e hotéis fechando as portas; até o trem já não andava mais em seu horário habitual. (...) Até a paróquia de N. S. da Conceição ficou sem pároco por muito tempo, pois, não tinha recursos para sustentar um padre, isto em 1896 (Pinto Coelho: 1987, p.5-6).

Para o arquiteto Rodrigo Meniconi (1999):

A construção da nova capital e o êxodo que se seguiu - calcula-se que mais de 45% da população tenha emigrado - vão colocar Ouro Preto em uma espécie de limbo, um local fora do tempo. Não sendo mais desse tempo, de que tempo seria esse lugar? Começam as evocações de glórias passadas e as constantes referências à sua história, e Ouro Preto vai se distanciando, perdendo sua consistência e completude, enfumaçando-se por ação dos discursos. Como se já tivesse cumprido seu papel, dissolve-se nas brumas do passado. À cidade da História, que transparece nos discursos e homenagens, contrapõe-se a cidade real que, por vazia e destituída de vitalidade, vai se deteriorando fisicamente. (Meniconi: 1999, p)

No limiar do século XX boa parte da população de Ouro Preto estava migrando para Belo Horizonte, a velha cidade preparava-se para completar o seu bicentenário e cada vez mais ficavam distantes as lembranças dos tempos em que os morros da Serra de Ouro Preto transformaram-se em sua principal zona minerária. Contrariando os desejos dos membros da Escola de Minas, o esplendor do “grande centro de

¹² APMOP. Edital sobre terrenos foreiros. Códice 0965. Livro de Registros e Portarias 1892-1893.

mineração” não se repetiu em Ouro Preto no século XX, entrando em cena, aos poucos, a depredação e o reaproveitamento dos materiais das antigas estruturas de moradia e extração de ouro nos morros.

Igreja de Santa Efigênia

Rua Conselheiro
Quintilhano



FIG.6. Alto da Cruz. Ouro Preto (Antônio Dias) vista parcial da cidade. s/d.
Autor: Luiz Fontana¹³
Fonte: Acervo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/ UFOP.

Considerações finais.

Nesse estudo evidenciamos indícios que demonstram como o cenário urbano do Morro da Queimada e da região da Serra de Ouro Preto torna-se ao longo do século XIX uma região marcada por pequenas lavras abandonadas e terras devolutas. Essa situação delicada é perceptível no recenseamento de 1804, nas descrições (e nos desprezos) dos cronistas estrangeiros que passaram pela sede de Ouro Preto, nos estudos dos professores e alunos da Escola de Minas e na documentação da Câmara Municipal.

¹³ Luiz Fontana nasceu em Ouro Preto, em 1897, sendo filho de pais italianos que chegaram à cidade em 1895. O seu estúdio fotográfico funcionou no Largo do Rosário e na Rua São José, entre as décadas de 1920 e 1950, e a sua obra se constitui no principal registro de imagens da sede ao longo do século XX (Martins, Damasceno et alli: 1996, 47p.) .

Em contraposição à desolação e à baixa densidade populacional, novos planos surgiram para esse setor no final do século XIX, como os estudos sobre a geologia local e a viabilidade da aplicação de novos recursos nas atividades mineratórias e a utilização da serra como ponto de expansão urbana - ambos intimamente ligados ao desejo de revalorização da velha capital. O primeiro plano não se concretizou, pois, até o momento, não identificamos nenhum empreendimento de grande vulto na serra, como sonhavam os pesquisadores ligados à Escola de Minas; e o segundo aconteceu, mas talvez às avessas do que previam os representantes da Câmara, já que a mancha urbana da sede de Ouro Preto alcançou intensa e desordenadamente esse ponto somente a partir da década de 1960, trazendo em seu bojo as ações de depredação que eliminaram grande parte do acervo de evidências das antigas residências e serviços de mineração.

Enfim, os dados nos fazem acreditar que pouco havia mudado na região do Morro da Queimada entre meados dos séculos XIX e XX: um contraponto ao *rush* vivenciado na sede de Vila Rica na primeira metade do século XVIII.

Referências bibliográficas

1. Fontes primárias.

1.1. Fonte Iconográfica.

1.1.1. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP Relação de Plantas, nº001: plantas das lavras do Tassara e Arredores, 07/06/1913, Engenheiros Francisco A. Lopes e Alcindo da Silva Vieira Gil Guatimosin.

APMOP Relação de Plantas, nº002: cópia da planta das lavras do Tassara e adjacentes na antiga Vila Rica de 1900, medição e cópia do original realizada por Joaquim José Guimarães Pinto, em 1912.

APMOP Relação de Plantas, nº003: planta de água, esgoto e luz – Ouro Preto, 26/06/1903, Engenheiro Clodomiro de Oliveira.

APMOP Relação de Plantas, nº006: planta-esboço de uma parte da cidade de Ouro Preto, 20/05/1913, Agrimensor Joaquim José Guimarães Pinto.

APMOP Relação de Plantas, nº007: plantas das lavras “Tassaras” e arredores, 27/08/1903, Engenheiro Clodomiro de Oliveira e Francisco Mariano Ribeiro.

APMOP Relação de Plantas, nº010, pasta 06, caixa 09, estante 26, sala 1, folhas 07, 08 e 09: levantamento aerofotogramétrico e Projeto Áreas de Preservação na cidade de Ouro Preto, 1982.

APMOP Relação de Plantas, nº013: planta da sesmaria e cidade de Ouro Preto, 1898, autor(es) não identificado(s).

1.1.2. IFAC / UFOP - Acervo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória.

1.1.2.1. Acervo 002 - Miscelânea. Ouro Preto, s/d, Fundo Diversos.

1.1.2.2. Acervo 003 - FONTANA, Luiz. Ouro Preto, [décadas de 1920 e 1950], Fundo José Góes.

1.1.2.3. Acervo 004 - MENEZES, Ivo Porto de. Ouro Preto, s/d, Fundo Ivo Porto de Menezes.

1.1.2.4. Acervo 005 - LIBENEAU, Guilherme. Ouro Preto, [1881], Fundo Biblioteca Nacional.

1.1.3. Acervo fotográfico particular de Juliano Ferreira.

1.2. Fonte manuscrita.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Edital sobre terrenos foreiros. Códice 0965. Livro de Registros e Portarias 1892-1893.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Processo de aforamento do General Joaquim da Costa Mattos, Série Avulsos, DA, 1897.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Memoria e planta sobre as lavras auríferas das “Tassaras e arredores”, Clodomiro de Oliveira & Francisco Mariano Ribeiro, 1903, 40p.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de lançamentos dos Impostos Territorial e Predial (1942-1965).

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de lançamentos de Impostos Territorial e Predial (1943-1965).

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Boletim de Cadastro Imobiliário da sede de Ouro Preto. 1982.

Arquivo Público Mineiro, Coleção Casa dos Contos: Lançamentos do Quinto (1718 a 1723), microfilme 4 / fotograma 509 (folhas 1 a 128) e microfilme 5 / fotograma 001 (folhas 129/216).

APM Coleção Casa dos Contos. Datas de terras e águas minerais, Guardamoria e cartório de ofício, Comarcas de Vila Rica e Sabará, 1719-1735, rolo 2015, fotogramas 308/583.

BLAKSLEY, J. F. Relatório do planalto do cruzeiro de Ouro Preto. Ouro Preto: s.n., 1893. (Manuscrito. Mimeo.)

1.3. Fonte impressa.

1.3.1. Revista do Arquivo Público Mineiro.

Atas da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1721). Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, v.2, 1937, p.1-166.

Termo de ereção de Vila Rica. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, jan./março, 1897, p.84.

Bando fixando os limites entre as Comarcas de Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes e Serro Frio pela parte do Rio Doce. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VII, 1902, p.411-413.

Cartas de Sesmaria (1710-1713). Revista do Arquivo Público Mineiro, v.III, 1898, p.23-85.

Cartas de Sesmaria. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.IV, 1899, p.155-214.

Cartas régias sobre o procedimento que se há de ter com os povos que se sublevaram e outros assuntos. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901, p.213-217.

CARVALHO, Feu de. Reminiscências de Vila Rica. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XIX.

COELHO, J. J. Teixeira. Instrução para o governo na Capitania de Minas Gerais (1780). Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VIII, 1903.

Correspondência do Conde de Assumar depois da Revolta de 1720. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901, p.203-211.

Fontes Históricas do Imposto de Capitação. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XIII.

LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. Memórias sobre a extração de ouro na Capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, 1896.

LIMA, Augusto de. Um município do ouro – memória histórica. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da capital. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano X, 1905.

Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, p.511.

PONTES, Manuel José Pires da Silva. Manual do Guarda-Mor. Revista do Arquivo Público Mineiro, ANO VII, 1902.

Regimento Mineral de 1702. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, nº12.

PINTO, Luís Maria da Silva. Relação das Cidades, Vilas e Povoações da Província de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, 1897.

PINTO, Moreira. Ouro Preto. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XI, 1906.

PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Mineração, riquezas minerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VIII, 1903.

População da Província de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, p.294.

Registros de diversas cartas-patentes concedidas por D. Braz Baltasar da Silveira. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.III, 1898.

SANTOS, Afonso dos. Natureza jurídica dos quintos. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXVI, 1938.

Sobre o levantamento de Vila Rica (1720) e o alvará confirmando o perdão (1721). Revista do Arquivo Público Mineiro, v.V, 1900.

VASCONCELLOS, Diogo de. Linhas gerais da administração colonial – seu exercício – Capitães-Mores, Donatários, Governadores, Capitães-Generais, Vice-Rei, Capitães-Mores de Vilas e Cidades. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XIX, 1921.

1.3.2. Outros periódicos.

ROCHA, Domingos Fleury. A indústria mineral e a Escola de Minas. Annaes da Escola de Minas, nº26, 1935, p.113.

GORCEIX, Henri. Estudos geológicos e mineralógicos sobre algumas localidades da província de Minas Gerais, Revista Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, volume III, 1878, p.9-10.

JÚNIOR, Leandro Dupré. Estudo geológico e mineralógico da região E. De Ouro Preto, compreendida entre aquella cidade, a povoação do Taquaral e o rio do Carmo. Revista Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, volume III, 1878, p.11-16.

Revista Industrial de Minas Gerais. A Lei sobre Mineração. Ouro Preto, ano IV, 30 de março de 1897, p.38-40.

Ruínas do Morro da Queimada: Ouro Preto pode perder seu patrimônio mais antigo. Jornal Porta-Voz, Ouro Preto, julho de 2000, p.4.

Moradores do Morro da Queimada podem ir para a rua. Jornal Comunidade, Ouro Preto, de 29 de maio a 25 de julho de 2001, p.10.

Parque das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada será tema de audiência, amanhã. Jornal O Inconfidente, Ouro Preto, fevereiro de 2005.

1.4. Fonte jurídica.

Ação Cautelar inominada antecedente de ação civil pública para tutela do patrimônio histórico nacional com pedido de liminar inaudita altera pars. Nuno Santos Coelho, Procurador Jurídico da FEOP. 24/08/2000.

1.3.3. Relatos, memórias e estatística.

Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 2º volume, 1941.

Anuário Estatístico, anno I, 1921, v.2, Serviço de Estatística Geral, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, p.776-779.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). Pelas minas de ouro. In: Cultura e opulência do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. p.255-304.

BANDEIRA, Manuel. Guia de Ouro Preto. Revista do SPHAN, nº2, 1938.

BUNBURY, Charles James F. Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-1835. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

BURMEISTER, Hermann. Mariana, o Itacolomi, Ouro Preto. In: Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auríferos-diamantíferos. Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1980. p.212-235.

BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1976.

CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949.

Código Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Coordenação de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, 2v. (Coleção Mineiriana).

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo na Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COURCY, Visconde Ernest de. Seis semanas nas minas de ouro do Brasil. Trad. Júlio C. Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

Diário da Jornada que fez o Sr. D. Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo e desta até às Minas, ano 1717. Revista do SPHAN, nº3.

D'ORBIGNY, Alcide. Minas Gerais. In: Viagem pitoresca através do Brasil. Trad. David Jardim. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. p.143-165.

Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1994. 193p.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Jurandyr Pires Ferreira (org.). Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1959. p.225-238.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Trad. Milton da S. Rodrigues e Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Trad. Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

OLIVEIRA, Ronald Polito de e LIMA, José Arnaldo Coêlho de Aguiar (orgs.). Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p.359 e 367.

POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

RUGENDAS, Johann M. O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SCHÜCH, Roch. Memória sobre algumas experiências e empenhos mineralógicos e metalúrgicos. Rio de Janeiro: Impresso da Tipografia de Laemmert, 1840. 53p.

SPIX, Johann & MARTIUS, Friedrich. Viagem pelo Brasil – 1817-1820. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, v.1, 1976.

SUZANNET, Conde de. (L. de Chavagnes). O Brasil em 1845. Trad. Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil. 1957.

TAUNAY, Afonso de E (org.). Relatos sertanistas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

1.3.3. Cartografia.

COSTA, Antônio Eduardo; RENNERT, Friedrich Ewalde; FURTADO, Júnia Fereira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. Atlas em Portifólio, 31 mapas em 29 folhas, escala não determinada.

1.5. Fontes secundárias.

AIRES-BARROS, Luís. As rochas dos monumentos portugueses: tipologias e patologias. Lisboa: IPPAR, v.2, 2001.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.

_____. Entre Cila a Caribde: as desventuras tributárias dos vassalos de Sua Majestade. In: Revista Varia História, Belo Horizonte, n.º1, 1985.

ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão: capelas e governamentalidade nas Minas Gerais. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, v.23, nº37, p.151-166, 2007.

ÁVILA, Affonso. Resíduos seiscentistas em Minas. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1984. p.61-86.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

_____. Dos caminhos pré-históricos às rodovias asfaltadas. In: *História de Minas Gerais*. 1979. p.469-495.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do SPHAN*, nº11, 1947.

BARROSO, Gustavo. Mobiliário luso-brasileiro. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. I, nº5, 1940.

_____. Classificação geral de móveis antigos. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. IV, 1943.

_____. O mobiliário no Brasil. *Revista de Arquitetura*, ano IV, nº12, 1951.

BEDIAGA, Begonha (org.) *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial / IPHAN, 1999. 161p.

BENJAMIN, Walter. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Trad. Flávio René Kothe. 1985.

_____. *Pequena história da fotografia*. Flávio R. Kothe (org.). Editora Ática, s/d. p.218-240.

BOLTSHAUSER, João. *Noções de evolução urbana nas Américas*. Belo Horizonte: UFMG, 1959.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Dissertação*. 1999. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1999.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. In: 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos da População – ABEP, GT População e História, realizado em Caxambu (MG), outubro de 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_5.pdf. Acesso em 15/11/2007.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Tradução de Nair de Lacerda. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANNER, John Casper. *Resumo da Geologia do Brasil*. Geological Society of América, v.30, nº2, junho de 1919. p.85-95.

_____. *Bibliography of the geology, mineralogy and paleontology of Brazil*. In: *Bulletin of the Geological Society of America*, 1909, 20v., p.1-132.

BLUTEAU, D. Raphael de. Vocabulário Português e Latino. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOSCHI, Caio C. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

BURKE, Peter. História cultural: passado, presente e futuro: In: O mundo como teatro: estudos da antropologia histórica. Lisboa: Difel. 1992. p.15-25.

_____. Hibridismo cultural. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2003. 116p.

CMOP (Câmara Municipal de Ouro Preto). Ex-moradores das Ruínas do Morro da Queimada recebem indenização. Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br>. Acesso em 03/01/2009.

CARRARA, Ângelo A. Ocupação do solo e paisagens rurais. In: Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais - 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p.149-215.

_____. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. Revista Vária História, Belo Horizonte, v.23, nº38, p.575-596, 2007.

CALÓGERAS, João Pandiá. As Minas do Brasil e sua legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

CARVALHO, Feu de. Pontes e chafarizes de Ouro Preto. Belo Horizonte: Edições Históricas, s/d.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1976. p.163-182.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Comerciantes das Minas Setecentistas: a diversidade de atuação no mercado colonial. Belo Horizonte: Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, n.º10, abril/1998, p. 135-143.

_____. Perfeitos negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas. 1995. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. O Reino do urbano e a morte da cidade. In: Revista Projeto História, espaço e cultura. São Paulo: PUC. 1999.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). Os caminhos do ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial. 2005.

_____. Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004, 245p.

COSTA, Cláudio Manoel da. Vila Rica. Ouro Preto: Tipografia do Estado de Minas Gerais, 1897.

COSTA, Iraci Del Nero. Vila Rica: População (1719-1826). 1977. 253p. Tese - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. 1977.

COSTA, Joaquim Ribeiro da. Primeiros municípios. In: Toponímia de Minas Gerais com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. p.15-29.

COSTA, Lúcio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. Revista do SPHAN, nº4.

COSTA E SILVA, Alberto da. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Um Episódio da História Pátria (1720)*. In: Revista do Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brasil, Tomo XXV, Rio de Janeiro, 1862, p.515-564.

CROSSI, Ramon Fernandes. A religiosidade nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Varia História, n.º 24, janeiro/2001, p. 90-106.

D'ASSUMPCÃO, Silvia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas minas. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, nº9, 1989.

DELSON, Roberta Marx. Novas Vilas para o Brasil-colônia: Planejamento Espacial e Social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997.

DENIS, Ferdinand. Brasil. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

DIAS, Hércia. O mobiliário dos Inconfidentes. Revista do SPHAN, nº3.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, v.1 e 2. 1979.

FABRIS, Annateresa. Fragmentos urbanos: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.212p.

FALCON, Francisco J. C. A cidade colonial: algumas questões a propósito de sua importância político-administrativa (XVII/XVIII). In: Anais do I Colóquio de Estudos Histórico Brasil/Portugal, PUC MG, agosto de 1993.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERRAND, Paul. Explorações antigas. In: O ouro em Minas Gerais. Trad. Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p.91-131.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997. (Coleção Estudos Históricos).

_____. Narrativas das rebeliões: linguagem política e idéias radicais na América Portuguesa moderna. In: Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. – n.º57 (mar./mai. 2003). São Paulo: USP / CCS, 2003, p. 6-27.

FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: As Minas Setecentistas. Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (org.). Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, v.1, 2007. p.549-566.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. A concessão de títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Varia História, n.º 29, Janeiro, 2003, p. 39-51.

_____. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: Termo de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998.p.27-65.

FONSECA, M. A. & SOBREIRA, F. G. *O escorregamento do barro da Piedade, Ouro Preto, Minas Gerais: Processos de instabilidade em antigas áreas de mineração*. In: 2nd Pan-American Symposium on Landslides, 1997, Rio de Janeiro. Anais... Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica,. pp 139-144. 1997.

_____. Antigas Minas de Ouro Preto: Impactos Físicos e Sócio-Culturais Relatório Parcial de Pesquisa UFOP/FAPEMIG, Departamento de Geologia. 1999.

_____. Ação Antrópica e processos em Encostas em Ouro Preto, Brasil; Simpósio Nacional de Controle de Erosão; 2001.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Desenvolvimento da civilização material do Brasil. Revista do SPHAN, nº11, 1945.

FREIRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil. Revista do SPHAN, nº7.

FREITAS, Marcos Vinícius. Hartt: expedições pelo Brasil Imperial. Editora Metallivros. 2001, 244p.

FREITAS JÚNIOR, Paulo de Melo. Projeto de criação da Área Municipal de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas e Morro da Queimada. Ouro Preto. 1993.39p.

FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em W. Benjamin. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. 114p.

GARCIA, Juliane Martins. Traços hispânicos no processo de latinidade da arquitetura colonial em Minas Gerais. Arquitetura: caderno de produção discente do Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, v.4, dez.2004, p.18-29.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. História da siderurgia Brasileira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia ; São Paulo: EDUSP. 1983.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, nº31, p.120-140, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os Cabeças e as cabeças: quilombos, liderança e degola nas minas setecentistas. *Belo Horizonte: Varia História*, n.º 26, janeiro / 2002, p. 109-131.

_____ et alli. *Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada* (mimeo). Belo Horizonte: UFMG. 2004, 67p.

HAROUEL, Jean-Louis. *História do urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990.

HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Coletânea de textos. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1984.

HIRASHIMA, Hayato. 2003. Monografia. Um dia em Cata Branca: subsídios da arqueologia histórica e do geoprocessamento para a elaboração de um modelo sócio-espacial. FAFICH, Belo Horizonte. 2003. 70p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, t.1, v. 2, 1985. p.228-258.

_____. Metais e pedras preciosas. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, t.1, v. 2, 1985. p.259-310.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e redes clientelares na revolta mineira de Vila Rica (c.1709 - c.1736)*. 2005. Tese – PPGHIS / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. *O perfil econômico da capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, notas de pesquisa – 1711-1720*. Disponível em: http://cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A050.pdf. Acesso em 20/02/2008.

LAGE de RESENDE, Maria Efigênia e Luiz Carlos Villalta (org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, v.2, 2007. p.187-204.

LATIF, Miran Monteiro de Barros. *As Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1991.

LEINZ, Victor. A geologia e a paleontologia no Brasil. In: Azevedo, F. *As ciências no Brasil*. Melhoramentos. 1955, s.1, p.243-263.

LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. *Cozinhas etc: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo, 1978.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais: origem e formação*. 3ª ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

_____. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese história e descritiva*. Belo Horizonte: Gráfica Veloso, 1957.

LOPES, Francisco. História da construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto. Revista do SPHAN, nº8.

LOTT, Mirian Moura. Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica – séculos XVIII e XIX. In: Anais da V Jornada Setecentista, nov/2003, Curitiba.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: Minas colonial: economia & sociedade. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982. p.1-30.

MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1980. 247p.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, nº65, p.153-199, 1987.
MENEZES, Furtado de. A Ouro Preto. In: Bi-Centenário de Ouro Preto (1711-1911): Memória História. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911, p.207-214.

MANTOVANI, André L. Faça-se a luz: modernidades e demandas sociais na eletrificação da iluminação pública em Ouro Preto, 1880-1920. 2005.75p. Monografia - ICHS/UFOP. 2005.

MARTINS, Alexandre Alvarez de Souza, DAMASCENO, Sueli et alli. Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana. Ouro Preto: Editora UFOP. 1996, 48p.

MARX, Murilo. Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. Revista Barroco, Belo Horizonte, nº15, 1990/1992.

MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, Agricultura e Degradação Ambiental em Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX. Revista do LPH, nº4, p.107-119, 1993/1994.

MARTINS, Maria do Carmo S. Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002. p.51-89.

MASSARA et alii. Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, nº9, 1989. p.141-148.

MATHIAS, Herculano Gomes. Distrito de Antônio Dias. In: Um recenseamento da capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969. p.190-208.

MATOS, Maria Izilda S. dos. Cotidiano e cidade. In: Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.p.13-43.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Comarca de Ouro Preto. In: Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). São Paulo: EDUSP, v.1, 1981. p.89-100.

_____. Mapas de Luís Maria da Silva Pinto. In: Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). São Paulo: EDUSP, v.1, 1981. p.56-64.

MEIRA, Sílvio. Couto de Magalhães e a integração nacional. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.148, nº354, janeiro/março de 1987, p.1-18.

MENESES, J. N. C. Artes fabris e serviços banais. Ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa – 1750-1808. 2003. Tese de doutorado - ICHF/UFF, 2003.

MENEZES, Furtado. A religião em Ouro Preto. In: Bicentenário de Ouro Preto (1711-1911): Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p.208-214.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto. 1999. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MOL, Cláudia C. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). 2001. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MOURÃO, Isaura (coord.). Memória Viva. Ouro Preto: Alcan Alumínio do Brasil Ltda. 2000. 125p.

MOURÃO, Paulo Krüger C. As igrejas setecentistas de Minas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 1964.

MUMFORD, Lewis. A Cidade na História. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NATAL, Caion Meneguello. Imagens de Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. In: XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005, Londrina- PR. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. O Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Disponível em: http://www.ideiad.com.br/site_morro/pdf/portal.doc.pdf . Acesso em 03/01/2009.

_____. É urgente uma ação conjunta para reverter a deteriorização de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/debate/debate52.asp>. Acesso em 09/11/2007.

OLIVEIRA, Helenice Afonso. Índice dos Livros de Aforamentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (1930-1969). 2002.

OLIVEIRA, Myriam A Situação das artes plásticas em Minas no século XIX / Escultura e Pintura. In: *III Seminário sobre a cultura mineira – século XIX*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1982. p.148-160.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. Vila Rica: dados urbanos dos assentos de batismos de escravos adultos – séc. XVIII. In: II Seminário de História Quantitativa e Serial, Centro de Pesquisa Histórica da Pontifícia Católica de Minas Gerais, XXXX, Belo Horizonte. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd24/patri.pdf. Acesso em 15/01/2008.

OMEGNA, Nelson. A cidade colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

OZZORI, Manoel (org.). Cidade de Ouro Preto. In: Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto, anno 1. Ouro Preto: Typographia d'A Ordem, 1890. p.75-97.

PAIVA, Eduardo F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – século XVI a XIX. PAIVA, Eduardo F. & ANASTASIA, Carla M. J. (org.). São Paulo: Annablume:PPGH/UFMG, 2002.

PAULA, Floriano Peixoto de. Vilas de Minas Gerais no período colonial. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nºXIX, junho de 1965.

PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2007, p.279-301.

PENA, Eduardo Spiller. Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental. In: Anais do XVII Encontro Regional de História – o lugar da História. Campinas, ANPUH/SP-UNICAMP, 2004, p.13-39.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 132p.

PINTO COELHO, José Efigênio. Nossa Senhora do Pilar: um culto emboaba. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP. 1991, 104p.

_____. Um trabalho de restauração e pesquisa do Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto: A mudança da capital – 1897-1987. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes Ltda. 1987.9p.

PITTA, Sebastião da Rocha. Livro décimo e último. In: História da América Portuguesa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1976.p.267-293.

NEGROMONTE, Carlos Fabrício X. (coord.) Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1975, 69p.

Plano Diretor de Ouro Preto. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 1996.

POLITO, Ronald Termo de Mariana: história e documentação. Ouro Preto: Editora da UFOP. 1998. p.13-26

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos – Memória. Rio de Janeiro: Vértice, v.2, n.3, 1989, pp.3-16.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro:Campus, 1997.p.259-274.

_____. Ritos da vida privada In: História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RAMOS, Donald. A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726. 1972. Tese de Doutorado. Flórida: The University of Florida, 1972 (mimeo).

- RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS (org.) América em tempo de conquista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro das Minas Gerais do século XVIII. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, nº8, jan/1989.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720). São Paulo: EDUSP, 1968.
- ROCHA, José Joaquim da. Vila Rica. In: Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p.98-106.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio. O caso das minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. 1999. 179p. Dissertação - FACE/UFMG. 1999.
- RODRIGUES, J. Wash. Móveis antigos de Minas Gerais. Revista do SPHAN, nº2.
- ROMEIRO, Adriana. Conspiração política e cultura política. In: Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.p.169-208.
- _____ & BOTELHO, Ângela Vianna. Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. Revista de História, nº 109. São Paulo: FFLCH/USP, V.55, nº 109, 1977.
- SALLES, Fritz Teixeira de. Vila Rica do Pilar. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1982.
- SANTOS, Benedicto José dos. A Geologia do Município de Ouro Preto. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 93-105.
- SANTOS, José de Almeida. Estilo brasileiro D. Maria ou colonial brasileiro. Revista do SPHAN, nº6.
- SANTOS, Márcio. Estradas Reais: Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real. 2001. 180p.
- _____. Novas perspectivas. Revista História Viva: Temas Brasileiros, São Paulo, Editora Duetto, nº4, 2006.
- SANTOS, Paulo Ferreira. Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SANTOS, Paulo. A arquitetura religiosa de Ouro Preto. Rio de Janeiro. 1951.
- SCARANO, Julita. Cotidiano e solidariedade. Vida cotidiana da gente de cor nas Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- SENNA, Nelson de. Origem da Cidade: instalação da Municipalidade. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 1-21.

- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v. II, org. Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.7-48.
- SILVA, Célia Nonata da. Homens valentes: delimitação dos ‘territórios de mando’ nas Minas setecentistas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º24, 2001.
- SILVA, Fabiano G. da. Trabalho e escravidão nos canteiros de obras em Vila Rica no século XVIII. In: *Encontro Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português – séculos XVI-XVIII*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2005. (mimeo).
- SILVA, Flávio Marcus da. Roceiros, comissários e atravessadores – o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º29, p.98-114, 2003.
- SILVA, José Joaquim da. 1º Município (Ouro Preto). In: *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.
- SILVA, Vicente de Paula da. Entrevista realizada em 20 de junho de 2007, pela equipe do projeto de extensão “Ecomuseu da Serra de Ouro Preto”, da Universidade Federal de Ouro Preto. Agradecemos à Professora Yara Mattos, que coordena o Ecomuseu por ter cedido esse material.
- SILVEIRA, Marco Antonio. Guerra de usurpação, guerra de guerrilhas. Conquista e Soberania nas Minas Setecentistas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º25, p.123-143, 2001.
- SILVEIRA, Vitor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- SOBREIRA, F. G. *Riscos geológicos: definição de pontos críticos em Ouro Preto*. *Revista da Escola de Minas, Ouro Preto*, v. 44, n. 3 e 4, jul/dez, p. 213 -223, 1991.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. *Norma e conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG. 1999.
- TAVARES, Taciana B. A moradia em Vila Rica: 1750-1810. 2005. 199f. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- TELLES, A. C. A ocupação do território e a trama urbana. *Barroco*, nº10, 1978/1979.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1945.
- TURAZZI, Maria Inez. Cultura fotográfica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IMNC, n.27, 1998. p.7-15.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário de Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. *Revista do SPHAN*, nº7.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1974.

VASCONCELOS, Salomão. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. Revista do SPHAN, nº5, p.241-257, 1941.

VASCONCELOS, Sylvio de. Vila Rica. Formação e desenvolvimento: residências. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

_____. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979. 186p.

_____. Mineiridades: ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968, p. 63.

VELLOSO, Augusto. Dados legislativos concernentes a Villa Rica. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p.119-131.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. In: *Varia História*. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte: UFMG, nº 21, jul. 1999.

VILLALTA, Luís Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: Termo de Mariana: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

VILLELA, Clarisse M. Critérios para seleção de rochas na restauração da cantaria. 2003. Dissertação - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2003.

WAGNER, Robert & BANDEIRA, Júlio. Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender. Vol. 3. Petrópolis: Kapa Editorial e Petrobrás. 2000. 350p.

WASH P. Mobiliário, vestuário, jóias e alfaías dos tempos coloniais. Revista do SPHAN, nº4.

XAVIER, Ângela Maria Leite. Entrevista realizada em Ouro Preto, em 09/01/2009.

ZAMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1990.